

Turismo comunitário: projeto piloto montanha beija-flor dourado (micro-bacia do rio sagrado, Morretes, Paraná)

Turismo comunitario: proyecto piloto montaña "beija-flor dourado" (micro valle del rio sagrado, Morretes, Parana)

Community tourism: montanha beija-flor dourado pilot project (microbasin of the sagrado river, Morretes, Paraná)

Carlos Alberto Cioce Sampaio*
sampaio@furb.br

Moreno Bona Carvalho**
morenobona@hotmail.com

Fernando Henrique Ribeiro de Almeida***
ferhralmeida@hotmail.com

Resumo

Decorrente prioritariamente da ação antrópica, a problemática socioambiental vem despertando preocupação sobre a necessidade de serem criados territórios protegidos (unidades de conservação) que tenham por finalidade a conservação da sociobiodiversidade e que se deve aprender com as comunidades tradicionais no seu manejo. Diante da complexidade se faz necessário buscar aprendizagens de experiências em curso convergentes com o Ecodesenvolvimento que possam contribuir, pelo menos, na diminuição da distância entre a falsa dicotomia entre sistemas sociais e ecológicos. Assim, se tem como objetivo explorar a potencialidade do que se está chamando conceitualmente de turismo comunitário a partir da perspectiva da problemática socioambiental e prospectar a sustentabilidade de sua aplicação em um projeto piloto de zona laboratório de educação para o ecodesenvolvimento. O referencial teórico é construído a partir das ciências ambientais - ecologia humana, ecologia profunda, direito ambiental e economia ecológica - e das ciências sociais aplicadas - economia industrial e solidária, administração e turismo. O artigo de cunho, sobretudo, descritivo-empírico explora e potencializa os primeiros resultados alcançados nos quatro últimos trimestres (julho de 2006 até junho de 2007) da implementação de um projeto piloto de uma pesquisa-ação em Zona Laboratório de Educação para o Ecodesenvolvimento. Conclui-se que o arranjo socioprodutivo de turismo comunitário que se está fomentando na Micro-bacia do Rio Sagrado, a partir da experiência piloto, potencializa a convivencialidade nas relações ecossocioeconômicas entre turistas conscientes e membros das comunidades que primam por um desenvolvimento que lhe é próprio, colado ao seu território e a sua cultura, entretanto, distanciado do imaginário social de vida aldeana ideal, em que não existiriam problemas, mas que ao menos possibilita uma qualidade de vida à escala humana comunitária.

Palavras-chaves: Ecosocioeconomia; Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária; Turismo Comunitário.

Resumen

Emergente prioritariamente de la acción antrópica, la problemática socio ambiental, viene despertando preocupación sobre la necesidad de crear territorios protegidos (unidades de conservación), que tengan por finalidad la conservación de la sociobiodiversidad, y que se deba aprender con las comunidades tradicionales, su manejo. Delante de esta complejidad, se hace necesario buscar aprendizajes de experiencias en curso, convergentes con el Ecodesarrollo, que puedan contribuir, por lo menos, a la disminución de la distancia entre la falsa dicotomía, entre los sistemas sociales y ecológicos. De esta manera, se tiene como objetivo explotar la potencialidad de lo que se está denominando conceptualmente: turismo comunitario, a partir de la perspectiva de la problemática socioambiental, y proyectar la sostenibilidad de su aplicación en un proyecto piloto de zona como laboratorio de educación para el ecodesarrollo. El referente teórico, es construido a partir de las ciencias ambientales - ecología humana, ecología profunda, derecho ambiental y economía ecológica - y de las ciencias sociales aplicadas - economía industrial y solidaria, administración

* Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Regional (Universidade Regional de Blumenau - FURB/SC), Coordenador do Instituto LaGOE - Laboratório de Gestão de Organizações que promovem o Ecodesenvolvimento (Curitiba-PR), Pós-Doutor em Ecosocioeconomia (Universidad Austral de Chile), Doutor em Engenharia de Produção e Mestre em Administração (UFSC/SC).

** Advogado, Especialista em Gestão Ambiental, Instituto LaGOE e Universidade Federal do Paraná (UFPR).

*** Especialista em Relações Internacionais, Instituto LaGOE e Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI).

Endereço para correspondência: Rua Manoel Eufrásio, 784 Cj-3 - Curitiba - PR - CEP: 80540-010

Telefone: (41) 3018-8218

y turismo. El artículo de base, sobre todo, descriptivo empírico, explora y potencializa los primeros resultados alcanzados en los cuatro últimos trimestres (de julio de 2006 a junio de 2007), de la implementación de un proyecto piloto de una investigación-acción en Zona de Laboratorio de Educación para el Ecodesarrollo. Se concluye que el ajuste socioproductivo de turismo comunitario que se está fomentando en el Micro Valle del Río Sagrado, a partir de la experiencia piloto, potencializa la convivencia en las relaciones ecosocioeconómicas entre turistas concientes y miembros de las comunidades que priman por un desarrollo que le es propio, próximo a su territorio y a su cultura, mientras tanto, distanciado de lo imaginario social de vida aldeana ideal, en donde no existirían problemas, pero que por lo menos, posibilita una calidad de vida a la escala de vida comunitaria.

Palabras claves: Ecosocioeconomía; Ajuste Socioproductivo de Base Comunitaria; Turismo Comunitario.

Abstract

As the result mainly of anthropic action, the socio-environmental problem has been causing concern over the need to create protected territories (conservation units) aimed at preserving the socio-biodiversity, and the need to learn from way traditional communities are managed. In view of the complexity, it is necessary to seek to learn from experiences currently taking place, which converge with Ecodevelopment, and which can at least help lessen the distance in the false dichotomy between social and ecological systems. Thus, it seeks to explore the potential of what is conceptually known as community tourism, based on the perspective of the socio-environmental problem and seeking its sustainable application in a pilot project of a laboratory zone of education for ecodevelopment. The theoretical framework is constructed based on the environmental sciences - human ecology, deep ecology, environmental law and ecological economy - and the applied social sciences - industrial and solidary economy, administration and tourism. The article, which is mainly of a descriptive-empirical nature, explores and gives potential to the first results achieved for the last four quarters (July 2006 to June 2007) of the implementation of a pilot project of an action-research study, in a Laboratory Zone of Education for Ecodevelopment. It is concluded that the socio-productive arrangement of community tourism, promoted in the microbasin of the Sagrado River, based on the pilot project, enables mutual respect in ecological and social economic relations, between aware tourists and members of the communities, who want a development which is unique to them, harmonized with their territory and culture, but distanced from the socially idealized image of village life, in which there are no problems, but which at least enables a quality of life at the human community level.

Key words: Ecological and social economics; Community Based Socioproductive Arrangement; Community Tourism.

1 Introdução

Diante do agravamento da crise socioambiental, decorrente do atual modelo de desenvolvimento de cunho economicista, chamado, inclusive, por críticos de mau desenvolvimento, percebe-se um crescente processo de escassez do que se convencionou a chamar de recursos naturais, sobretudo, fruto da hegemonia do estilo de vida urbano-consumista sobre modos de vida de comunidades tradicionais, principalmente, rurais e costeiras (MAX-NEEF, 1986; 1993; DOWBOR, 1983; RAZETO, 1997; SEN, 2000; SINGER, 2002; GORZ, 2003; SACHS, 2003; 2004).

Baseando-se em um conjunto de indicadores agregados, denominado A Pegada Ecológica, aponta-se a incapacidade de carga do planeta para suportar tal estilo de desenvolvimento, sugerindo que o planeta já deveria ter uma área biofísica maior para absorver tal impacto (WACKERNAGEL; REES, 2001).

Decorrente prioritariamente da ação antrópica, esta problemática vem despertando à necessidade de serem criados territórios protegidos integralmente ou de uso sustentável, tal como sugere o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Neste trabalho destacam-se as Unidades de Conservação de uso sustentável que têm por finalidade zelar pela sociobiodiversidade, isto é, como proclama o novo naturalismo, se deve aprender com as comunidades tradicionais no manejo da biodiversidade.

Diante da complexidade para lidar com a dinâmica socioecológica se faz necessário buscar aprendizagens de experiências em curso convergentes com o Ecodesenvolvimento que possam contribuir para eliminar ou pelo menos diminuir a distância entre a falsa dicotomia entre sistemas sociais e ecológicos.

Assim, se tem como objetivo explorar a potencialidade do que se está chamando conceitualmente por turismo comunitário a partir da perspectiva da problemática socioambiental e

prospectar a sustentabilidade de sua aplicação no contexto do projeto piloto Montanha Beija-Flor Dourado, em uma Zona Laboratório de Educação para o Ecodesenvolvimento, localizada na Micro-bacia do Rio Sagrado, Município de Morretes (PR), Área de Proteção Ambiental de Guaratuba, Reserva da Biosfera de Floresta Atlântica.

2 Problemática socioambiental

A problemática ambiental surge a partir da discussão transversal entre recursos, população e meio ambiente, alertando para os riscos ocasionados pela dinâmica do crescimento econômico que não leva em conta a capacidade de suporte dos ecossistemas (HIRSCH, 1979; MEADOWS, 1973).

Atualmente, o debate está polarizado. De um lado, preservar a lógica da dinâmica capitalista e da economia de mercado (causadora do utilitarismo individualista), contudo, valorando externalidades ambientais anteriormente não customizadas (podendo ser clamada de neoliberalismo desenvolvimentista).

Nesta perspectiva, interessa preservar o circuito de acumulação de riquezas (conforme apregoa a crítica marxista), baseado num sistema de produção que poderia ser inviabilizado pelo esgotamento dos recursos naturais e a crise ambiental anunciada. O desenvolvimento econômico ainda seria a forma ideal de se alcançar à sociedade de consumo e o bem-estar e, para isso, os países chamados do Terceiro Mundo deveriam esforçar-se para ingressar no bloco dos países desenvolvidos (com IDH e Pegada Ecológica elevados¹), como forma de superar os seus problemas sociais e ambientais. Um exemplo para este raciocínio era a personificação da administração norte-americana Reagan - *deve-se melhorar a situação dos países ricos, para que estes possam relançar a economia* -, e a metáfora também utilizada no discurso liberal do ex-ministro brasileiro da economia Delfim Neto: *vamos crescer e depois repartiremos o bolo* (DOWBOR, 1983; SACHS, 1986a; 1986b).

O fracasso desta promessa desenvolvimentista na solução dos problemas globais é evidenciado pelo crescente sucateamento dos países do chamado Terceiro Mundo (geralmente com IDH médio e baixo, entretanto; com Pegada Ecológica baixa), provocado por uma excessiva concentração de renda que conduz ao aumento dos contingentes populacionais em estado de miséria absoluta e, ainda, pela incapacidade de carga do planeta provocada principalmente pelos países chamados mais desenvolvidos, levando à insustentabilidade social e ambiental desse modelo (TAMAMES, 1983; WACKERNAGEL; REES, 2001).

Por outro lado, há a discussão de se repensar a lógica da dinâmica capitalista e da economia de mercado, submetendo suas modalidades técnicas (inclusive metodologias de gestão organizacional) a um controle sociopolítico regulador mais rigoroso, como as suas formas de divisão própria e de subordinação, regulado a uma função objetiva concebida a partir da lógica das demandas sociais, atrelada a um estilo de desenvolvimento menos excludente.

Assim, o ecodesenvolvimento critica alguns pontos cruciais de modos de vida sob a perspectiva economicista, como, por exemplo: escolher livremente entre uma grande variedade de mercadorias, não quer dizer ser livre, mas sim, na maioria das vezes, se adaptar às rizejas da oferta de bens e serviços ou, ainda, há de se escapar da armadilha de deixar que felicidade seja sinônima de se obter mercadorias, de forma a substituir as satisfações afetivas, mascarando a nossa insatisfação afetiva e o nosso mal-estar. Sabe-se que a maioria desses bens é posicional aqueles que representam melhoria de posição na sociedade dos que buscam *status* correspondem aos custos transacionais e gerenciais (implicando cada vez mais agentes intermediários), que crescem tão rapidamente nas nossas sociedades, trazidos pelas mazelas da afluência, aos acidentes inerentes aos estilos contemporâneos de vida urbana e aos modos de transporte, à deprecação do ambiente, às *deseconomias* de escala da *megalomáquina* e da sua gêmea *megaburocracia* (HIRSCH, 1979; MARCUSE, 2001).

3 Unidades de conservação

No campo das soluções à problemática socioambiental, surgem políticas públicas territoriais tais como o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que normalizam os acessos de uso da biodiversidade, inclusive o patrimônio sociocultural, podendo chamá-la de sociobiodiversidade. Com o objetivo de regulamentar o que dispõe a Constituição Federal de 1988 foi criado o SNUC, estabelecendo critérios e normas para criação, implantação e gestão das unidades de conservação. O SNUC define Unidade de Conservação (UC) como “espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídas pelo Poder Público, com os objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (art. 2º, I, da Lei 9.985/2000 In: MEDAUAR, 2005).

O SNUC prevê duas categorias de UCs: as de uso sustentável e as de proteção integral. A principal característica das UCs de proteção integral (Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parques, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre) é que estas possuem maior grau de restrição tanto à visitação quanto principalmente à possibilidade de exploração de recursos naturais, que só é possível através do uso indireto. As UCs de uso sustentável (Área de Proteção Ambiental -APA, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural) possibilitam a exploração direta econômica dos seus recursos naturais (MACHADO, 2002).

As atividades em UCs são estabelecidas pelo Plano de Manejo que na prática é um documento de planejamento das UCs, estabelecendo o seu zoneamento e as normas que devem presidir a forma de visitação pública, o uso e o manejo dos recursos naturais. Em algumas modalidades de UCs é assegurada a participação pública na elaboração do Plano de Manejo e havendo potencialidade de dano significativo ao meio ambiente deve ser realizado um Estudo prévio de Impacto Ambiental (EIA). As UCs podem ser geridas por órgãos do poder público ou por organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP) com objetivos afins aos da Unidade, podendo estar situadas em áreas de domínio público ou em áreas de domínio privado, dependendo da modalidade (MEDAUAR, 2005; MACHADO, 2002).

4 Ecosocioeconomia

A ecosocioeconomia está imbricada na discussão sobre o ecodesenvolvimento. Pode-se dizer que enquanto o ecodesenvolvimento privilegia o enfoque epistemológico-teórico, a ecosocioeconomia privilegia o enfoque metodológico-empírico.

O ecodesenvolvimento vem sendo apontado como um novo paradigma sistêmico, compreendendo princípios de ecologia profunda, economia social e planejamento participativo (VIEIRA In: VIOLA et al., 1995).

A ecologia profunda pode ser entendida como uma filosofia, surgida a partir da problemática ambiental, na qual questiona o atual estilo de vida humano (SCHUMACHER, 1980; MAX-NEEF, 1986; NAESS, ROTHENGERG, 1990).

A economia social, de inspiração de teorias econômicas heterodoxas, repensa padrões de uso do tempo (produtivo ou lazer) e do espaço (território), usos apropriados de recursos e estilos de vida (SACHS, 1986a; 1986b; BERKES In: HANNA et al., 1996).

E o planejamento participativo pensado a partir da premissa de que a própria participação comunitária é a principal estratégia de desenvolvimento (GONDIM, 1989; SACHS, 1986a, 1986b).

A ecosocioeconomia privilegia quatro postulados: valorização e preservação de tradições e relações sociais mais solidárias; geração de trabalho e renda sob a perspectiva de modos de

produção e de distribuição mais associativistas; revigoração dos significados de virtude humana e do próprio Estado, distanciado do racionalismo utilitarista, e utilização apropriada dos recursos naturais e das capacidades humanas locais (SAMPAIO, 2005).

As experiências em curso convergentes com a ecossocioeconomia² vêm utilizando metodologias de gestão organizacional, sinalizando ênfase interorganizacional, qualificadas como participativas, descentralizadas, associativas, socialmente e ambientalmente responsáveis e que ainda predominam certa inovação de práticas gerenciais sob o viés extra-organizacional (do território ao organizacional), donde se valoriza o conhecimento tradicional-popular caracterizado pela capacidade de gerar demandas e propostas que não se distanciam nem se desvinculam das nuances e peculiaridades do cotidiano, a partir do olhar das próprias pessoas. A esta especialização da ecossocioeconomia, dá-se a denominação de ecossocioeconomia das organizações (SAMPAIO, 2007).

O estado atual de conhecimento sobre o tema caracteriza-se por trabalhos teóricos ou, até mesmo, ideológicos bem elaborados, entretanto, muitas vezes, sem prática convincente, como os Fórum de Agenda 21 Local e Responsabilidade Social Empresarial ou por trabalhos empíricos que vem apresentando resultados promissores, como os de Turismo Comunitário, Planejamento Estratégico Participativo (PEP) / Gestão Organizacional Estratégica para o Desenvolvimento Sustentável (SiGOS), Orçamento Participativo, Economia de Comunhão (EdC), Economia Descalça ou Solidária (ES), contudo, sem uma proposta clara, em alguns casos, de um modelo de gestão organizacional com ênfase interorganizacional que dê conta de tais desafios (SAMPAIO, 2007).

A ecossocioeconomia das organizações privilegia os estudos que possibilitam a viabilidade macro (interorganizacional) e microeconômica (organizacional) de grupos organizados ou quase organizados articulados, chamados de empreendimentos compartilhados, de modo que possam ampliar as oportunidades de trabalho e renda, sobretudo, nos pequenos municípios (territórios) mais afastados dos centros urbanos. Exemplificando: Associação de moradores, cooperativa de agricultores familiares, grupos organizados de pescadores artesanais e micro-empresendimentos urbanos se articulam sociopoliticamente no âmbito de um Fórum de Agenda 21 Local e, ao mesmo tempo, se articulam socioeconomicamente no âmbito de um arranjo socioprodutivo de base comunitária (SAMPAIO; DALLABRIDA; PELLIN, 2005).

O arranjo socioprodutivo de base comunitária (APL.Com) inspirada no enfoque ecodesenvolvimentista é um micro-empresendimento compartilhado no qual se supera a competitividade utilitarista econômica e se privilegia ações no âmbito de uma rede horizontal de cooperação (ARAUJO, SAMPAIO, SOUZA, 2004). Trata-se de agregar valor aos pequenos negócios e, assim, aumentar as possibilidades de sobrevivência socioempresarial diante de uma economia de mercado que se quer menos hegemônica. Acredita-se que esta outra economia se estabelecerá quando for dado aos socialmente descalços (excluídos) tratamento especial (SACHS, 2003; 2004; SAMPAIO, 2005).

5 Arranjo socioprodutivo de base comunitária

A derivação do termo arranjo socioprodutivo de base comunitária se origina de, pelo menos, dois enfoques.

O primeiro enfoque está atrelado à sociopolítica sob a denominação arranjo institucional que designa um conjunto de inter-relações de entidades e normas legislativas que têm a finalidade de organizar as atividades societárias de modo a alcançar objetivos sociais (FOX, 1976). Adaptando esta definição à ótica do desenvolvimento sustentável, acrescenta-se aos *objetivos sociais*, os adjetivos *ambientais e econômicos* (SAMPAIO, 1996).

As referências que tratam diretamente de arranjos institucionais geralmente exploram apenas

a estrutura do modelo organizacional adotado em determinada experiência, como por exemplo, em bacias hidrográficas, planejamentos territoriais e setoriais. Partindo das ciências ambientais, aprofundam-se alguns elementos, bem como seus entrelaçamentos, considerados como essenciais na ótica do desenvolvimento sustentável: território, participação e sociedade civil. Como resultado, deposita-se esperança que os Fóruns de Agenda 21 sejam espaços criativos para o surgimento de estratégias coerentes com um novo estilo de desenvolvimento³, os quais possibilitem propiciar debates públicos. Eles são criados através de iniciativas ora governamentais ora comunitárias em nível de bairro, distrito, município, microrregiões, bacias hidrográficas, região, estado e federação (ARAUJO; SAMPAIO; SOUZA, 2004; SACHS, 2004; SAMPAIO, 2005).

O segundo enfoque surge a partir da economia industrial e da geografia econômica através da definição de arranjo produtivo local (APL) ou empreendimento coletivo (denominação utilizada pelo SEBRAE). O Arranjo Produtivo Local (APL) pode ser considerado como gestão interorganizacional de um espaço territorial sociopolítico-econômico que desencadeia uma dinâmica dialética entre cooperação e competição, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas (SACHS, 2003; VARGAS, 2003; LASTRES; CASSIOLATO, 2003a; 2003b).

Diferentemente dos *clusters*, o APL concentra-se em micro e pequenas empresas. Os *clusters* são agrupamentos de empresas em uma região com sucesso extraordinário em determinado setor de atividade econômica na qual há predominância de grandes empresas (PORTER, 1998; ALBAGLI; BRITO, 2002). O APL seria um estágio anterior ao que se denomina sistema produtivo e inovativo local (RedeSist), que compreendem arranjos produtivos em que interdependência, articulação e vínculos consistentes resultam em interação, cooperação e aprendizagem, com potencial de gerar o incremento da capacidade inovativa endógena, da competitividade e do desenvolvimento local (LASTRES; CASSIOLATO, 2003a, 2003b).

Assim, com ênfase associativa comunitária, surgem expressões como arranjo socioprodutivo de base comunitária ou redes de economia solidária⁴.

Adota-se a primeira denominação por considerá-la um termo com menor doutrina ideológica cooperativista, na qual empresas mercantis, cooperativas, consumidores organizados, diferentes instâncias de governo e organizações ou quase organizações (movimentos) da sociedade civil convivem na dialética de interesses da ecossocioeconomia (desenvolvimento economicamente efetivo - privilegiando o interesse coletivo e não somente os grupos de interesse -, socialmente justo e ambientalmente prudente), isto é, nas convergências e divergências entre os partidários do livre mercado, ambientalistas e economistas solidários (variando, claro, nos mais diversos graus entre oportunistas e idealistas), subentendendo que modos tanto de produção quanto de distribuição (e por que não de consumo?), mais solidários tenham chance de ocorrer no nível comunitário (SAMPAIO, 2007).

Parte-se do pressuposto que a comunidade é um tema transversal à própria questão da territorialidade, assim como o são as questões de gênero, pobreza e meio ambiente. Entretanto, evidencia-se a importância da ação territorial.

6 Turismo comunitário

Quando se referem às comunidades, sobretudo as tradicionais (como pesqueira e rural), sabe-se que essas populações na sua grande maioria estão descaracterizadas culturalmente em diferentes graus. Entretanto, o que importa é a identidade cultural que se quer resgatar das comunidades tradicionais ou o pouco que delas se desejam conservar. Se ainda não bastasse, turistas ao se deslocarem de centros urbanos às comunidades predominantemente tradicionais em busca de experimentações alternativas de modos de vida ao padrão urbano-consumista, ao se deslocarem às comunidades levam consigo, muitas vezes, sem se dar conta, patologias deste modo de vida urbano que queriam evitar, tal como se ouve no dito: *só está faltando uma coisa para essa aldeia ser perfeita!*

Como que a cultura dominante (modo de vida urbano) tivesse muito que ensinar a pobres ignorantes (GRÜNEWALD, 2003)!

Contudo, as populações autóctones não são influenciadas de maneira unilateral e passiva pelos visitantes (turistas), isto é, como que as comunidades tradicionais também não os influenciassem. Isto é, o turismo não pode ser visto como mera figura greco-romana de um gladiador que luta contra culturas autóctones, mas também como potencializador de resgate de aspectos étnicos, sem necessariamente espetacularizar a autenticidade dessas culturas (PAGDIN, 1995; GRÜNEWALD, 2002; BARRETTO, 2004). No entanto, há de que considerar que a autenticidade não é um conceito fechado em si mesmo, ele é negociável em seu significado, isto é, todas as culturas que se tornaram viáveis ao longo do tempo acabam se refazendo a si próprias (GREENWOOD, 1982; COHEN, 1988).

A questão que se apresenta é como equacionar o maior proveito das vantagens da atividade do turismo em uma comunidade sem deixá-la (a comunidade) com os problemas geralmente encontrados pelo turismo de massa (MERCER In: THEOBALD, 2002), entre eles se encontram: ociosidade de mão-de-obra local durante a maior parte do ano, elevação anormal de preços, especulação imobiliária, segregação entre nativos e visitantes, trânsito, violência (consumo de drogas), prostituição e vulgarização da autenticidade.

Convencionou-se chamar ao conjunto de esforços que tenta solucionar a esses problemas turismo comunitário. Turismo Comunitário é uma estratégia que fomenta comunidades tradicionais a protagonizarem seus modos de vida próprios, tornando-se uma alternativa possível ao modo de vida urbano consumista-materialista (SAMPAIO, 2005).

Entende-se que as comunidades tradicionais se definam por critérios geográficos - como uma ilha isolada -, culturais (compartilhando costumes, usos e tradições, feixes de hábitos) - como uma tribo indígena - ou por funções socioeconômicas - como agricultores familiares ou pescadores (BARRETO, 2004; GEERTZ, 1989).

O turismo comunitário ainda possibilita a estudantes, professores, pesquisadores e simpatizantes tomarem contato com temas relacionados à preservação da natureza (sistemas ecológicos) quando conectados a conservação de modos de vida tradicionais (sistemas sociais). Há de se destacar que o contato com estrangeiros simpatizantes acaba ainda promovendo a boa vontade tanto na população visitada quanto nos visitantes para que os encontros interpessoais minimizem ou desfaçam preconceitos entre as partes em contato (PEARCE In: THEOBALD, 2002).

Entre as modalidades de turismo conhecidas, o turismo comunitário poderia ser confundido com três delas: turismo cultural ou etnoturismo (incluindo o turismo indígena), ecoturismo e agroturismo.

O turismo cultural se volta para a observação ou convívio de estilos de vida tradicionais (BARRETO, 2004). Mesmo podendo ser considerado como turismo cultural, o turismo indígena se restringe a observação ou convívio com povos de nações minoritárias sujeitadas às histórias coloniais, mas com direitos que preservam sua autonomia (ILO, 1991).

Embora o termo ecoturismo esteja atualmente vulgarizado, a sua principal motivação para viagem é o desejo de ver ecossistemas em seu estado natural, sua vida selvagem assim como sua população nativa (SCHEYVENS, 1999).

O Agroturismo refere-se a um conjunto de serviços requeridos por visitantes e turistas que desejam adquirir a experiência de conhecer a vida de uma pequena propriedade rural (SCHAERER; DIRVEN, 2001; OYARZÚN; CARCAMO, 2001).

Embora o turismo comunitário tenha como eixo norteador integrar vivências, serviços de hospedagem e de alimentação, o que *a priori* não o diferencia das três modalidades de turismo apontadas anteriormente, uma primeira característica que o diferencia é entender a atividade turística como um sub-sistema interconectado a outros subsistemas, como educação, saúde e meio ambiente. Ou seja, o turismo comunitário é pensado como um projeto de desenvolvimento territorial sistêmico (sustentável) a partir da própria comunidade, o que poderia ser destacado como segunda característica, no qual promove, entre outras coisas. O que seria a terceira

característica, a convivencialidade entre população originária residente (inclusive, não descartando os domiciliados não residentes, isto é, os donos de chácaras) e visitantes, incrustada em um arranjo socioprodutivo de base comunitária, fomentando a relação social entre modos de vida distintos no qual congregam saberes diferentes e que na sua essência supera a mera relação de negócio (baseado na maximização do ganho individual), resgatando e reconstruindo o interesse pelo outro, pelo diferente, pela alteridade, pelo autêntico, enfim, pela interconectividade entre os sistemas sociais e ecológicos (IRVING; AZEVEDO, 2002; CORIOLANO; LIMA, 2003; SAMPAIO 2004, SAMPAIO et al., 2006).

Contudo, há de se atentar quanto ao risco tanto de exotização ou espetacularização dos modos de vida tradicionais (RYAN, 2002) quanto da apropriação não sustentável da biodiversidade entendendo-a como recurso natural, ou seja, como se fossem meras mercadorias (GARROD; FYALL, 1998).

A convivencialidade potencializa espaços produtivos não economicistas (de ganho coletivo e que podem ser chamados de ecossocioeconômicos) como, por exemplo, clubes ou feiras de trocas solidárias e plataformas de comércio justo.

O comércio justo surge para assegurar uma nova relação, livre, direta e honesta entre três novos sujeitos econômicos: produtores em vias de empobrecimento, geralmente excluídos ou com desvantagens no comércio praticado no âmbito da economia de mercado; consumidores solidários que estão dispostos a pagar um sobrepreço; e os intermediários sem ânimo de lucro. Nesta relação existe a perspectiva de contratos em longo prazo, baseados no respeito mútuo, de maneira que permita ao produtor e sua família viver mais dignamente (PLATAFORMA KOMYUNITI, 2005; ESPANICA, 2005).

O Clube de Troca Solidária mediado por uma moeda social tenta reconstruir o vínculo social entre produtores e consumidores, denominado por Lisboa e Faustino (2006), *prossumidores*, através da convivência e de laços de solidariedade. Quando não é possível o escambo de bens e serviços, vale-se de uma moeda social para facilitar a troca entre os sócios do clube.

As experiências que poderiam ser consideradas de turismo comunitário vêm chamando atenção, mesmo ainda não tendo esta intenção, sobretudo, pela capacidade potencial de municípios sul-americanos de implementarem uma atividade econômica de baixo investimento (de pequena escala), geradora de postos de trabalhos não especializados e de baixo impacto ambiental.

Contudo, há poucas comunidades que vêm demonstrando capacidade de associativismo articulado, tal como sugere um arranjo socioprodutivo de base comunitária. Entre elas destacam-se seis projetos demonstrativos em curso, três brasileiros - Prainha do Canto Verde (município de Beberibe, Ceará), Associação da Acolhida na Colônia com sede em Santa Rosa do Sul (SC) e o Projeto Piloto Montanha Beija-Flor Dourado (Comunidade Candonga, município de Morretes, PR) – e três chilenos - Rede de Agroturismo em *Chiloé* (X Região), Rede de Turismo Rural *Licanhuasi* (sede *San Pedro de Atacama*, II Região) e Rede de Parques Comunitários *Mapu Lahual* (*San Juan de la Costa*, X Região).

7 Metodologia

Este projeto está sendo coordenado pelo Instituto LaGOE, Laboratório de Gestão de Organizações que Promovem o Ecodesenvolvimento (www.institutolagoe.org.br), sediado em Curitiba, com parceria com a Universidade Regional de Blumenau (FURB), juntamente com a Associação Comunitária Candonga e Associação dos Moradores do Rio Sagrado (AMORISA), na qual vem articulando uma rede de esforços de organizações que pensam sistemicamente (globalmente) e atuam comunitariamente (localmente) na Micro-bacia do Rio Sagrado, comunidades do Rio Sagrado de Cima, Canhembora, Brejamirim e Candonga, município de

Morretes (PR), transformada em uma Zona Laboratório de Educação para o Ecodesenvolvimento.

Este projeto se inspira na experiência do Núcleo de Meio Ambiente e Desenvolvimento (NMD) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) na coordenação metodológica do Fórum da Agenda 21 da Lagoa de Ibiraquera, municípios de Imbituba e Garopaba, Santa Catarina.

O enfoque de uma Zona Laboratório de Educação para o Ecodesenvolvimento fundamenta-se em experimentações epistemológicas sistêmico-construtivistas, pressupondo que todo conhecimento do mundo permanece hipotético e falível. Reconhecem-se os esforços de elucidação das crenças, valores e atitudes dos atores sociais, distanciando-se da aversão que se tem por subjetividade na perspectiva cartesiana. Embora se saiba que a temática socioambiental seja transdisciplinar, interconectando sistemas culturais e ecológicos, a problemática é geralmente entendida interdisciplinariamente, a partir de equipes multidisciplinares, e que os trabalhos produzidos não deixam de ter limitantes disciplinares. A ética se encontra mais próxima da sabedoria do que a razão e a ação social humana não se limita sob o cálculo de ganhos individuais mesmo porque não se sabe, ao certo, onde terminam as fronteiras entre coletividade e individualidade. Valoriza-se o estilo de pesquisa-ação comunitária na qual se releva tanto conhecimento tradicional como científico (POLANY, 1983; BERKES In: HANNA et al., 1986; VIEIRA, 1999, 2002, 2003; ABROMOVAY, 2002; VARELA, 2003; MAX-NEEF, 2005).

Mediante a participação direta comunitária no *design* da pesquisa, na coleta de dados e no desenvolvimento do projeto, a pesquisa vêm sendo adaptada às necessidades e aos valores locais. A pesquisa comunitária requer esforço adicional para envolver membros comunitários ao longo do processo, tal como os diagnósticos participativos locais que, em alguns casos, proporciona educação aplicada para sua capacitação. Sem a participação e o apoio local, muitos esforços relacionados à preservação da natureza e a conservação das comunidades tradicionais costumam falhar.

Além de pesquisa-ação participativa comunitária, privilegia-se gestão ecossistêmica que combina seis princípios: (1) Princípios da saúde do ecossistema que consiste na descrição de estados desejados ou ideais do meio ambiente; (2) Perspectiva bio-regional considera tanto características naturais da área quanto o senso do lugar e os padrões de uso da terra das populações locais na definição das unidades de gestão; (3) Gestão transescalar reconhece que os ecossistemas funcionam em diferentes escalas temporárias e geográficas; (4) Pesquisa transdisciplinar pactua uma coordenação de todos os campos de saberes disciplinares, multidisciplinares e interdisciplinares; (5) Gestão adaptativa reconhece a imprevisibilidade das interações entre as pessoas e os ecossistemas, na sua dinâmica co-evolutiva, iterativa, envolvendo retro-alimentações entre os níveis da pesquisa e da gestão; e (6) Processos com múltiplos atores sociais envolvidos promovem tomadas de decisões consensuais, fomentando a aprendizagem social e encorajando os diferentes parceiros a apreciar melhor os valores e as necessidades alheias e o trabalho juntos pela concretização de um objetivo comum (GADGIL, 2000; JOHNSON; POULIN; GRAHAM, 2003).

Teve-se como hipótese que a ecossocioeconomia das organizações (que promove o ecodesenvolvimento) baseia-se em uma ação social mais solidária, parametrizada no saber e no conhecimento local, contudo, relevando a racionalidade econômica (distante do utilitarismo economicista) sem, no entanto, considerá-la hegemônica. Operacionalmente, partiu-se da idéia de que o empreendedorismo compartilhado pode superar a competitividade econômica e, concomitantemente, relevar o viés extra-organizacional (considerando o coletivo no cálculo de conseqüências) através da negociação da diversidade de interesses (ação política) e da ação qualificada (ação ética) que conduz à eficiência produtivo-coletiva, à eficácia socioecológica de produtos e à efetividade societária (ação técnica administrativa).

O artigo de cunho, sobretudo, descritivo-empírico explora e potencializa os primeiros resultados alcançados nos quatro últimos trimestres (julho de 2006 até junho de 2007) da implementação do projeto piloto da Zona Laboratório de Educação para o Ecodesenvolvimento. Este artigo deriva de

três outros trabalhos já apresentados, dois em 2006, ambos em Curitiba (PR), no Seminário Internacional de Turismo (UNICENP) e no Congresso OIUDSMA (UFPR), e um em 2007, em João Pessoa, no X Encontro Nacional de Turismo de Base Local (ENTBL).

O estudo iniciou-se a partir de uma pesquisa bibliográfica em temas convergentes a Problemática Socioambiental, Unidades de Conservação, Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária e Turismo Comunitário, em um segundo momento baseou-se na etapa exploratória de pesquisa-ação de formação de um primeiro Arranjo Socioprodutivo de Turismo Comunitário, sob a denominação Projeto Piloto Montanha Beija-Flor Dourado, na Micro-bacia do Rio Sagrado.

Este Projeto Piloto está se incubando pelas disciplinas (ao mesmo tempo em finais de semana) com alunos universitários (demandas) Planejamento Ambiental e Estudos do Lazer do Curso de Graduação em Turismo e pela disciplina Turismo e Patrimônio Histórico do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e pelo Projeto de Iniciação Científica (PIBIC) Ecosocioeconomia das Organizações: Gestão que privilegia Outra Economia, todos da FURB. A incubação se dá através de realização de vivências (geralmente em finais de semana), entrevistas e reuniões aplicadas por estudantes universitários.

Está se fomentando uma etapa preparatória para a realização de um diagnóstico participativo local para construção de cenários. A partir de reuniões técnico-científicas com pesquisadores do Instituto LaGOE, da FURB e de demais universidades e membros comunitários está se pensando em projetos de intervenção social, esperando contar com financiamentos, de maneira que viabilize o cenário desejado pela comunidade.

8 A experiência do projeto piloto montanha beija-flor dourado

Baseado em experiências anteriores e que ainda estão em curso, oriundas tanto de pesquisa-ação quanto de pesquisa exploratória, de estudos de casos e comparativos de ecosocioeconomia das organizações, e em virtude das dificuldades de obtenção de recursos financeiros, da falta de conhecimento e de informação da área de estudo, e pela equipe jovem de pesquisadores, tomou-se a decisão de iniciar um projeto-piloto de Zona Laboratório de Educação para o Ecodesenvolvimento (ZonLab), intitulado Projeto Piloto Montanha Beija-Flor Dourado (www.montanhabeijaflordourado.com.br) de modo que os primeiros resultados alcançados pudessem motivar os demais membros comunitários a também participarem da implantação de um projeto de pesquisa mais complexo e sistêmico de ZonLab (chamada aqui de projeto guarda-chuva).

O projeto piloto constituiu-se inicialmente por 5 famílias. Atualmente são 4 famílias, duas não residentes permanentes (apenas com domicílio) e 2 residentes permanentes. Uma das duas famílias não residentes permanentes possui uma hospedaria (oferecendo alojamento e alimentação caseira e agroecológica) que se transformou na sede de um espaço de convivencialidade entre visitantes e visitados no qual se realizam vivências temáticas (artesanato a partir da fibra da bananeira, fabricação da farinha em um histórico engenho, laboratório de fitoterapia etc.) e de bem estar corporal e espiritual (terapias complementares, roda de música ao redor de fogueira etc.). A estrutura de hospedagem está constituída por alojamentos conjugados masculino (4 beliches) para 8 rapazes e feminino (4 beliches) para 8 moças. Cada alojamento contém banheiro coletivo com 2 chuveiros a gás; na sede da hospedaria há 1ª suíte com 2 camas de solteiro reversíveis para casal, 2 quartos (um maior e outro menor) com cama de solteiro; 1 quarto coletivo para acantonamento de até 8 pessoas; hospedando um total de 28 pessoas. A outra família possui um laboratório de processamento de ervas naturais recém-inaugurado, e a sede de sua residência está em fase de acabamento. Uma das famílias de residentes permanentes vive em propriedade própria, sobrevivendo através da agricultura familiar, inclusive, está em processo de certificação agroecológica que conjuntamente com outros agricultores constituem o grupo chamado Sabiá da Mata, vinculado a Rede Ecovida. A esposa do casal é artesã, utilizando a fibra da bananeira como material principal. A outra família presta serviços de zeladoria (chacreira) em propriedades rurais locais.

Projeto Zona Laboratório de Educação para o Ecodesenvolvimento (ZonLab)

Concomitantemente com a implantação do Projeto Piloto, a equipe de pesquisadores vem implementando, mais morosamente, devido ao conjunto de dificuldades apontadas anteriormente, o projeto guarda-chuva ZonLab. O projeto guarda-chuva atualmente possui dois desdobramentos. O primeiro é o Diagnóstico Participativo Comunitário que está em curso, conjugando conhecimento científico e sabedoria tradicional na identificação de problemas ecossocioeconômicos e de suas soluções, que possibilitará ao final a extrapolação de três cenários alternativos, relacionados aos processos em curso de desenvolvimento comunitário: primeiro o que de melhor poderia acontecer e as forças que poderiam levar a comunidade até lá; segundo o que de pior poderia acontecer e as forças que condicionariam esta perspectiva; e terceiro aquilo que deverá provavelmente acontecer. O segundo desdobramento do projeto consiste no conjunto de esforços para viabilizar ou, melhor, conservar os modos de vida tradicionais da comunidade Candonga e, ao mesmo tempo, preservar a biodiversidade da Micro-bacia do Rio Sagrado, Bacia Hidrográfica Litorânea, APA de Guaratuba e Reserva da Biosfera (ReBIO) de Floresta Atlântica, potencializando o que se está chamando por Zona Laboratório de Educação para o Ecodesenvolvimento.

Priorizam-se quatro objetivos temáticos: primeiro, fomentar a criação de um arranjo socioproductivo de base comunitária (APL.Com) com característica de responsabilidade socioambiental a partir da produção e da comercialização de artesanato, produtos *in natura* e agroindustrializados derivados da banana, mandioca, cana-de-açúcar, maracujá e outros produtos, além de sorvetes, ervas medicinais e, inclusive, da implementação do turismo comunitário que potencializa os modos de vida da comunidade tradicional, relevando a preservação do meio ambiente; segundo, realizar um trabalho de capacitação de maneira que insira e aproxime membros da Associação Comunitária Candonga e Associação de Moradores do Rio Sagrado nas instâncias de decisões sobre políticas de meio ambiente e desenvolvimento nas esferas municipais, estaduais e nacionais; terceiro, possibilitar a inserção da economia comunitária, baseada na agricultura, agroindustrialização, artesanato e no fomento do turismo comunitário em redes nacionais e internacionais, tais como de comércio justo; e quarto, identificar o uso de tecnologias tradicionais apropriadas na própria comunidade, e bem como em outras comunidades assessoradas pelas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) das Universidades Federal do Paraná (UFPR), Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e Regional de Blumenau (FURB) de modo que outras tecnologias apropriadas possam ser replicadas na Micro-bacia do Rio Sagrado.

Estes objetivos temáticos se justificam respectivamente: primeiro, esperam-se que pequenos produtores rurais, artesões, micro-empresendimentos urbanos, cooperativas, consumidores conscientizados (associados ou individualizados), instâncias governamentais e sociedade civil organizada convivam adequadamente na dialética entre convergências e divergências partidárias do livre comércio, ambientalismo e economia solidária, subentendendo que modos de produção, de distribuição e de consumo solidários tenham chance de sobrevivência na economia de mercado (SAMPAIO, 2005; SAMPAIO et al., 2005); segundo, inserção comunitária nas instâncias de decisões sobre políticas de meio ambiente e desenvolvimento nas esferas municipais, estaduais e nacionais, entre estas se destacam: Conselho Gestor da Área de Preservação Ambiental de Guaratuba (APA de Guaratuba), formado por 15 (quinze) membros, sendo que uma cadeira deveria ser ocupada por um representante das comunidades; Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica; Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense; Fórum da Agenda 21 Estadual; no Comitê e sub-comitês a serem criados da Micro Bacia do Rio Sagrado (MARCHIORO, 1999; CONSELHO, 2005); terceiro, as redes de comércio justo e demais redes internacionais viabilizam a inserção de economias comunitárias, que se baseiam em modos de vida tradicionais à economia de mercado (MAX-NEEF, 1986; 1993); quarto, as tecnologias apropriadas são ferramentas que promovem o ecodesenvolvimento, aliando desenvolvimento tecnológico com capacidade territorial, isto é, uso e manejo sustentável da biodiversidade (superando a perspectiva

hegemônica economicista que reduz biodiversidade a recurso natural) e de talentos comunitários (SCHUMACHER, 1983; SACHS, 2003, 2004).

Unidades de Conservação e Impactos Socioambientais Atuais Causados pelas Comunidades

Dentre as instâncias políticas destaca-se o Conselho Gestor da APA de Guaratuba, baseado no fato da comunidade estar atrelada a esta. APA é uma modalidade de Unidade de Conservação Ambiental de uso sustentável, conforme conceitua a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

A realização de projeto guarda-chuva em área considerada Unidade de Conservação requer atenção adicional em relação às exigências decorrentes da legislação ambiental e do Plano de Gestão da Unidade. Primeiramente, deve ser encaminhado ao órgão ambiental responsável, no caso da APA de Guaratuba o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), pedido de autorização para realização de pesquisa dentro da UC, sendo que este faz o encaminhamento ao Conselho Gestor que vai deliberar sobre o deferimento desta.

A atenção deve ser redobrada quando o projeto abrange entre suas atividades a utilização de forma direta de recursos naturais, sendo que o Conselho Gestor, por força de Lei, pode restringir a utilização econômica e a realização de pesquisas científicas, inclusive dentro de uma propriedade privada que estiver inserida na APA, através de zoneamento, descrito no Plano Gestor, onde são definidas áreas prioritárias para conservação e a forma de exploração dos recursos nelas inseridas.

O poder proferido ao Conselho da APA justifica o fortalecimento da representatividade da Comunidade nesta instância. Neste caso, ilustra a recusa da comunidade de ratificar o Plano Gestor da APA de Guaratuba, sugerido pelo IAP quando este trouxe à comunidade uma cópia do que seria o Plano. Este fato causou indignação à comunidade pelo fato desta, até o presente momento, não ter participado e nem mesmo consultada sobre a elaboração do referido documento. A participação das comunidades que estejam inseridas em uma APA é pressuposto de legitimidade na gestão da Unidade de Conservação de uso sustentável, já que faz parte desta, em que é garantido o uso direto dos recursos naturais pelas comunidades, desde que explorado de forma sustentável e compatibilizada a conservação da natureza.

Os principais impactos ambientais causados pela comunidade decorrem das atividades da pequena propriedade rural, tais como derrubada de mata nativa, muitas vezes em área de preservação permanente, ocasionadas pela criação de novas áreas de plantio, assim como o manuseio e destinação inadequada de defensivos agrícolas, mesmo se ainda em quantidades pequenas. Além da extração sem manejo devido, ocasionando exploração predatória da biodiversidade, como a exploração do palmito e a caça de espécies da fauna nativa; destinação do esgoto sanitário residencial para fossas sépticas fora dos padrões exigíveis pelos órgãos sanitários ou, em alguns casos, quando se lança diretamente o esgoto nos corpos hídricos da Micro-bacia do Rio Sagrado (Bacia Hidrográfica Litorânea). Atenção redobra-se tratando de comunidade localizada em área de conservação considerada de relevante interesse para humanidade (ReBIO tombada pela UNESCO), sendo um dos remanescentes mais preservados de Floresta Atlântica do Mundo.

Constata-se que a maioria dos impactos ambientais causados na comunidade, não muito diferente das demais comunidades com desvantagens socioeconômicas, decorre da falta de oportunidades de trabalho, renda e de baixo nível de escolaridade, levando seus membros a explorar de forma predatória os remanescentes florestais, bem como a biodiversidade. Por outro lado, com o crescimento da migração de membros da comunidade (geralmente jovens e homens) para centros urbanos, além de agravar o problema habitacional (aumento das favelas) e social (violência, desemprego, falta de infraestrutura) das cidades, acabam vendendo suas propriedades às pessoas de fora da comunidade que buscam chácaras de lazer, podendo descaracterizar o modo de vida típico daquela região e, portanto, gerando impactos socioculturais.

Quanto à cozinha comunitária, localizada no prédio da Associação Comunitária Candonga, verifica-se que praticamente não se geram impactos ambientais. O lixo orgânico é destinado à compostagem e os demais tipos de lixo são coletados seletivamente e encaminhados à cidade de Morretes.

Eventos Comunitários Realizados que Fomentam o Turismo Comunitário

Após a realização de mais uma dezena de eventos comunitários, todos eles realizados em finais de semana (sábado e domingo), o projeto piloto Montanha Beija-Flor Dourado está se constituindo em um laboratório de vivências de atividades agroecossistêmicas - agroindustrialização da mandioca em um engenho artesanal de farinha construído aproximadamente há 150 anos, agroindustrialização de diversas frutas e verduras na cozinha comunitária, destilaria de cana, horta agroecológica e extração da fibra da bananeira para o feitiço de artesanato e extração de ervas e fabricação artesanal de essências -, de bem estar corporal e espiritual - caminhada na Floresta Atlântica contando ao longo do percurso estórias sobre fauna e flora, observação de pássaros, banho de cachoeira no Salto Sagrado, aulas de ioga, alongamento, aplicação de *reiki* e roda de viola ao redor de fogueira -, socioculturais – participações nas reuniões da Associação Comunitária, no clube de troca solidária e nos jantares oferecidos pela Associação de Moradores -, e socioambientais – oficina de confecção de painel solar para aquecimento d'água com material reutilizado. Além das vivências, outras atividades também foram realizadas, tais como de cunho técnico-científicas (palestras com técnicos e professores) e de ócio (leitura e apreço pela paisagem e fauna silvestre).

Os eventos comunitários são constituídos por temas ou por vivências agroecossistêmicas, de bem estar corporal e espiritual, socioculturais e socioambientais (conforme listadas acima) mescladas. Em todos os eventos comunitários configura um ambiente de convivencialidade entre moradores tradicionais, donos de chácaras de finais de semana e visitantes. Por temas houve, por exemplo, quatro eventos de jardinagem e paisagismo biodiverso solidário (um para cada estação do ano), coordenado por ministrante externo à comunidade, entretanto, oferecendo bolsas para participação de membros comunitários conjuntamente com visitantes pagantes. Os demais eventos constituíram por oficinas diversas mescladas, nas quais foram ministrados, na sua grande maioria, por membros da comunidade tradicional, como, por exemplo: duas turmas de alunos e alunas da disciplina planejamento ambiental do curso de graduação em turismo e uma turma de alunos e alunas da disciplina turismo e patrimônio histórico do programa de mestrado em desenvolvimento regional, ambos da FURB, além de pesquisadores do LaGOE-FURB (Plataforma Virtual que engloba dois Núcleos de Pesquisa cadastrados no diretório do CNPq); uma turma de alunos e alunas da disciplina de turismo do mestrado de geografia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), e uma turma de palestrantes e organizadores do VIII Seminário Internacional de Turismo, sob o título Turismo, Associativismo e Desenvolvimento Regional, organizado pelo Centro Universitário Positivo (UNICENP), realizado em Curitiba e comprando ou trocando sub-produtos (horti-fruti-granjeiros) e produtos (agroindustrializados).

As vivências têm duração média de duas horas e sugere-se como aprendizado que elas sejam feitas em grupos de oito pessoas. Na média, fecham-se grupos de 15 visitantes. Preferencialmente são conduzidas por membros da comunidade tradicional, com exceção daquelas relacionadas com bem estar corporal e espiritual que são conduzidas por domiciliados não residentes com habilitação técnica e profissional, que recebem igualmente R\$ 5,00 por visitante. Os visitantes são estudantes de cursos de graduação e de pós-graduação, pesquisadores, professores e pessoas simpatizantes com a perspectiva do ecodesenvolvimento que acabam conjugando além das vivências, serviços de alojamento, alimentação caseira e natural e venda de produtos agroecológicos e artesanatos. Além de visitantes brasileiros, integraram aos grupos alunos alemães e chilenos, professores e profissionais chileno, mexicano, peruano e escocês.

A maioria dos visitantes jovens, geralmente graduandos (abaixo dos 25 anos), elogia e ressalta a simplicidade das instalações do alojamento coletivo oferecido pelo Projeto Piloto. Por sua vez, os visitantes acima dos 25 anos, na maioria alunos pós-graduandos, professores e pesquisadores ostrom não se incomodar com a simplicidade o que poderia dar a entender que alojamentos individuais mesmo que simples seriam bem vindos. Há possibilidade de firmar parcerias com outros membros do projeto piloto, haja vista o interesse demonstrado por um dos membros na construção de tais acomodações ou,

ainda, com a pousada local, dos Anjos, e com outros moradores experientes em hospedar visitantes, Moacir e Biba.

A alimentação tem demonstrado ser um dos pontos fortes das experiências realizadas, mesmo que, ainda, todos os visitantes lavem sua louça suja após as refeições. Independente do tipo de dieta - agrada a vegetarianos, não vegetarianos, simpatizantes à comida natural, agroecológica e saudável -, nem os horários que as refeições ocorrem - café da manhã, almoço, lanche e ceia - e nem sequer pelo fato de serem feitas em mesas coletivas. Inclusive, a cozinha foi recém-reformada, propiciando condições ainda melhores para o preparo das refeições e os serviços complementares. As refeições são compostas por alimentos adquiridos de preferência de outros membros comunitários, movimentando toda uma cadeia produtiva ou, ainda, colhidos nas hortas ou pomares das próprias propriedades dos membros do projeto piloto.

9 Perspectivas de sustentabilidade e considerações finais

A sustentabilidade econômica do projeto se garante nos arranjos socioprodutivos de base comunitária que surgem a partir dos derivados da pequena produção agrícola, muitos produzidos de maneira orgânica, e do turismo comunitário. A curto e médio prazo, a experiência continuará a ser incubada pelo Instituto LaGOE, aproximando-se ainda mais das Secretarias Municipais de Meio Ambiente e Agricultura e de Turismo de Morretes, de outras organizações de atuação local, Conselho de Desenvolvimento Rural e da Câmara Técnica de Agroecologia e das universidades FURB, UEPG, UNICENP, Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) e Universidade Federal do Paraná (UFPR), e contando com possíveis financiamentos de editais, tais como **Fundo de Apoio a Projetos de Ecodesenvolvimento da Fundação O Boticário de Proteção à Natureza**, Petrobrás Ambiental e Fome Zero da Petrobrás, Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDDD) do Ministério da Justiça / Governo Federal, dos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação Araucária do Paraná.

A sustentabilidade técnica baseia-se no caráter participativo do planejamento do projeto, no êxito da educação e na capacitação da comunidade, assim como na constituição e manutenção dos arranjos institucionais entre as organizações que compõem os sistemas tanto de ênfase socioeconômico quanto de ênfase socioambiental. No que se refere as estratégias de planejamento, aposta-se no fomento de um arranjo socioprodutivo de base comunitária, como foi mencionado anteriormente, caracterizado por princípios de responsabilidade socioambiental; na gestão institucional do projeto, partindo da avaliação periódica de *performance* das ações estratégicas, na manutenção de um sistema de informações gerenciais e geográficos, nos *feedbacks* intra, inter e extra-organizacional para incrementar a comunicação institucional à sociedade. Além disso, a avaliação deve se dar a partir da construção de um rol de indicadores de sustentabilidade que servirão como base de avaliação das ações empreendidas, assim como das possibilidades do projeto a longo prazo.

E a sustentabilidade comunitária se insere numa perspectiva de promoção do codesenvolvimento que prioriza o caráter emancipatório, a autonomia das comunidades locais e o atendimento das demandas dos jovens e adolescentes, de forma que a evolução natural do projeto conduza ao protagonismo comunitário na coordenação do projeto. Neste sentido, o encontro comunitário de trocas, com sede itinerante, está indo para sua 5ª edição, sendo organizado e avaliado pela própria comunidade. O Instituto LaGOE e as universidades que apóiam o projeto vêm assumindo cada vez mais um papel de articulação, no sentido de disponibilizar tecnologias (inclusive sociais) ali não encontradas, contudo, com a preocupação de que as tecnologias sejam apropriadas, isto é: baixo custo, pequena escala, socioambientalmente responsável, trabalho intensivo e controlada endogenamente pelas comunidades da Micro-bacia do Rio Sagrado.

Conclui-se, nestes quatro últimos trimestres (julho de 2006 até junho de 2007), que o arranjo socioprodutivo de turismo comunitário que se está fomentando a partir da experiência piloto Montanha Beija-Flor Dourado da Zona Laboratório potencializa a convivencialidade (convivência solidária) nas relações ecossocioeconômicas entre turistas conscientes (pessoas simpatizantes a outros modos de vida) e membros das comunidades que primam por um desenvolvimento que lhe é próprio, colado ao seu território e a sua cultura, entretanto, distanciado do imaginário social de vida aldeana ideal, como se não existissem problemas que, por sua vez, possibilita uma qualidade de vida à escala humana comunitária.

O Turismo Comunitário privilegia não só os visitantes que passam finais de semana ou semanas, mas também quem vivem os 365 dias do ano na localidade. Por outro lado, o turista não deixa de ser bem tratado ou sair insatisfeito. Os principais atrativos tornam-se os próprios modos de vida da comunidade, possibilitando convivência solidária distanciado do interesse calculado.

O turismo comunitário não é mais uma modalidade do turismo pensado como mera atividade econômica, como é muitas vezes o agroturismo, turismo cultural e ecoturismo. O Turismo é pensado de maneira integrada com outras áreas, como educação, saúde e meio ambiente, ou seja, o turismo comunitário é pensado como um projeto de desenvolvimento territorial sistêmico (sustentável) a partir da própria comunidade, no qual o principal atrativo é a convivencialidade entre população originária residente (inclusive, não descartando os domiciliados não residentes, isto é, os donos de chácaras) e visitantes.

Enfim, espera-se que o Turismo Comunitário possa ser entendido como indo à direção de Uma Outra Economia, impregnado, também, de certo pragmatismo para que possa se multiplicar da mesma maneira que seu ímpar turismo de massa (tendo como uma das características privilegiar os visitantes ao invés dos moradores), tornando-se *case* ou modismo globalizado. Contudo, que sejam mais benéficos à maioria dos indivíduos e que, ainda, privilegiem horizontes temporais mais longos.

Referências

- ABRAMOVAY, R. [Org.]. **Construindo a ciência ambiental**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2002.
- ALBAGLI, S.; BRITO, J. **Glossário de arranjos produtivos locais**. Disponível em www.te.ufjf.br/redesist. Acesso em 25 nov. 2002.
- ARAÚJO, G.; SAMPAIO, C. A. C.; SOUZA, M. S. Do Turismo de massa ao turismo educativo em zonas costeiras. In: **VIII Encontro Nacional de Turismo de Base Local**. Curitiba, 2004. Anais ..., Curitiba, 2004
- BARRETTO, M. Relações entre visitantes e visitados: um retrospecto dos estudos socioantropológicos. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 133-149, 2004.
- BERKES, F. Social systems ecological systems and property rights. In: HANNA, S. et al. (eds.). **Right to nature: ecological, economics, cultural and political principles of institutions**. Washington, DC: Island Press, p 87-107, 1996.
- BIALOSKORSKI NETO, S. Cooperativismo é economia social. **III Seminário Tendências do Cooperativismo Contemporâneo**. Cuiabá: SESCOOP/OCB, 6 a 9/dez. 2004.
- COHEN, E. Authenticity and commoditization in tourism. **Annals of Tourism Research**, v. 15, n.3, p. 371-386, 1988.
- CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO LITORAL PARANAENSE. **Plano de gestão da Microbacia do Rio Sagrado** (versão preliminar). Curitiba: Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense, junho, 2005.
- CORIOLOANO, L. N. M. T.; LIMA, L. C. (org.). **Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental**. Fortaleza: EDUECE, 2003
- DOWBOR, L. **A formação do 3º mundo**. São Paulo: Brasiliense, 1983
- ESPANICA. **El comercio justo: origen y evolución**. Disponível em <http://www.nodo50.org/espanica/>

cjust.html#primeras. Acesso em 20 jun. 2005.

FOX, I. K. Institutions for water management in a changing world. **Natural Resources Journal**, New Mexico, v.16, p.743-758, oct., 1976.

GADGIL, M. Participatory local level assessment of life support systems. Centre for Ecological Sciences. Indian Institute of Science. **Technical Report**, n. 78, apr., 2000.

GARROD, B.; FYALL, A. Beyond the rhetoric of sustainable tourism? **Tourism Management**, v. 19, n. 3, p. 199-212, 1998.

GONDIM, L. Modelos alternativos de planejamento e gestão urbana: tendências, possibilidades e limitações. **III Encontro da ANPUR**. Águas de São Pedro, SP. Anais ..., São Paulo, 1989.

GORZ, A. **Metamorfoses do trabalho**: crítica da razão econômica. São Paulo, Annablume, 2003.

GREENWOOD, D. Cultural authenticity. **Cultural Survival Quarterly**, v. 6, n. 3, p. 27-28, 1982.

GRÜNEWALD, R. de A. Tourism and cultural revival. **Annals of Tourism Research**, v. 29, n. 4, p. 1004-1021, 2002.

_____. Turismo e etnicidade. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 20, out., p.141-159, 2003.

HIRSH, F. **Limites sociais do crescimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ILO, INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. Convention concerning indigenous and tribal peoples in Independent Countries. ILO, n. 169, 72 ILO Official Bill, 59, sep. 5, **article 1**. Basle: ILO, 1991.

IRVING, M.; AZEVEDO, J. **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. SP: Futura, 2002.

JOHNSON, M. C.; POULIN, M.; GRAHAM, M. Towards an integrated approach to the conservation and sustainable use of biodiversity. **Human Ecology Review**, v. 10, n. 1, 2003.

LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. **Políticas para promoção de arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas**. Disponível em www.te.ufjf.br/reesist. Acesso em 25 nov. 2003a.

LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. Novas políticas na era do conhecimento. **Parcerias Estratégicas**, n. 17, set, p.5-29, 2003b.

LISBOA, A.; FAUSTINO, A. Trocas solidárias, moeda e espiritualidade. In: IV Encontro Internacional de Economia Solidária do NESOL (USP), São Paulo (SP), 2006. **Anais ...**, São Paulo: NESOL, 2006

MACHADO, P. A. L. **Direito ambiental brasileiro**. São Paulo: Malheiros Editores, 2002.

MARCHIORO, N. de P. X. A sustentabilidade dos sistemas agrários no litoral do Paraná: o caso de Morretes. **Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento)**. UFPR, 1999.

MARCUSE, H. **El hombre unidimensional**. Madrid: Ariel, 2001.

MAX-NEEF, M. Foundations of transdisciplinarity. **Ecological Economics**, n. 53, p. 5-16, 2005.

MAX-NEEF, M. et al.. **Desarrollo a escala humana**. Montevideo: Nordan Comunidad, REDES, 1993.

MAX-NEEF, M. **Economía descalza**: señales el mundo invisible. Estocolmo, Buenos Aires, Montevideo: Editorial Nordan Comunidad, 1986.

MEADOWS, D. H. et al. **Limites do crescimento**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

MEDAUAR, O. (Org.). **Coletânea de Legislação de Direito Ambiental**. São Paulo: RT, 2005.

MERCER, D. A difícil relação entre o turismo e a população nativa: a experiência da Austrália. In: THEOBALD, William F. (Org.). **Turismo global**. São Paulo: Senac, 2002.

NAESS, A.; ROTHEN GERG, D. **Ecology, community and lifestyle**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

OYARZÚN, E. M.; CARCAMO, C. G. (Org.). **Análisis de la red agroturismo** Chiloé. Facultad de Ciencias Económicas y Administrativas, Instituto de Turismo, Universidad Austral de Chile, 2001.

PAGDIN, C. **Assessing tourism impacts in the third world. Progress in Planning**, v. 44, 1995.

PEARCE, P. A relação entre residentes e turistas: literatura sobre pesquisas e diretrizes de gestão. In: THEOBALD, W. F. (Org.). **Turismo global**. São Paulo: Senac, 2002.

PLATAFORMA KOMYUNITI. **Cooperativa Comercio Justo Chile**. Disponível em http://www.tiendacomerciojusto.cl/es_que_es_comercio_justo.php. Acesso em 16 jun. 2005.

POLANY, M. **The tacit dimension**. Gloucester (Mass.): Peter Smith, 1983.

PORTER, M. Clusters and the new economics of competition. **Harvard Business Review**, p. 77-90, nov./dec., 1998.

RAZETO, L. **O papel central do trabalho e a economia de solidariedade**. Proposta, 75, 91-99, dez./fev., 1997.

RYAN, C. Tourism and cultural proximity: examples from New Zealand. **Annals of Tourism Research**, v. 29, n. 4, p. 952-971, 2002.

SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável sustentado**. RJ: Garamond, 2004.

_____. **Inclusão social pelo trabalho**. Rio de Janeiro: Garamont. 2003.

_____. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986a.

_____. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986b.

SAMPAIO, C. A. C. **Gestão que privilegia uma outra economia: ecossocioeconomia das organizações**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

_____. **Turismo como fenômeno humano**. Santa Cruz do Sul (RS): EDUNISC, 2005.

_____. El turismo como fenómeno histórico. **Estudios y Perspectivas del Turismo**, v.13, p. 290 - 300, 2004.

_____. Arranjos Institucionais para o Desenvolvimento Local Sustentável. **Revista de Administração Municipal**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 219, p. 71-82, 1996.

SAMPAIO, C. A. C.; BERBERI, André.; DREHER, Marialva. Arranjo socioprodutivo local de base comunitária. In: **III ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE (ANPPAS)**, 2006, Brasília (DF). Anais ..., Brasília, 2006.

SAMPAIO, C. A. C.; DALLABRIDA, Ivan. S.; PELLIN, Valdinho. **Para pensar a socioeconomia das organizações: estudo comparativo de uma experiência incipiente brasileira com um projeto demonstrativo chileno**. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba (PR), n. 109, 2005.

SCHAERER, J.; DIRVEN, M. **El turismo rural en Chile**. CEPAL, Serie Desarrollo Productivo, n. 112, 2001.

SCHEYVENS, R. Ecotourism and the empowerment of local communities. **Tourism Management**, v. 20, p. 245-249, 1999.

SCHUMACHER, E. F. **El buen trabajo**. Madrid: Editorial Debate, 1980.

_____. **O negócio é ser pequeno**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

TAMAMES, R. **Crítica dos limites do crescimento**. Lisboa: Pub. Dom Quixote, 1983.

VARELA, F. J. **La habilidad ética**. Barcelona: Debate, 2003.

VARGAS, M. A. **Aspectos conceituais e metodológicos na análise de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais**. Nota técnica 1. UFSC/NEITEC, 2003.

VIEIRA, P. F. Meio ambiente, desenvolvimento e planejamento. In: VIOLA, E.; LEIS, H.; SCHERER-WARREN, I.; GUIVANT, J.; VIEIRA, P. H. F.; KRISCHKE, P. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania**. São Paulo: Cortez; Florianópolis: UFSC, 1995.

VIEIRA, P. H. F.; RIBEIRO, M. A. **Ecologia humana, ética e educação: a mensagem de Pierre Dansereau**. Porto Alegre: Pallotti; Florianópolis: APED, 1999.

VIEIRA, P. H. F. (Org.). **Conservação da diversidade biológica e cultural em zonas costeiras: enfoques e experiências na América Latina e no Caribe**. Florianópolis: APED, 2003.

_____. **Repensando a educação para o ecodesenvolvimento no Brasil**. 8ª Encontro Nacional de Ensino Agrícola. Camboriú, SC, out., 2002.

WACKERNAGEL, M.; REES, W. **Nuestra huella ecológica**. Buenos Aires: LOM Ediciones, Colección Ecología & Médio Ambiente, 2001.

Notas explicativas

¹ Ao contrário do IDH, possuir uma Pegada Ecológica elevada equivale a um cenário pessimista, isto é, ausência de capacidade de carga para proporcionar tal estilo de desenvolvimento (WACKERNAGEL; REES, 2001).

² Sampaio (2005) discute introdutoriamente a ecossocioeconomia em um trabalho denominado **Turismo como fenômeno humano: princípios para se pensar a socioeconomia e sua prática sob a denominação turismo comunitário**, elegendo o turismo como campo capaz de ilustrar as instâncias da ecossocioeconomia.

³ Para Sachs (2003), um exemplo de fortalecimento do desenvolvimento, sobretudo local, é a definição, por meios de processos participativos, de estratégias de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS) que vem ocorrendo em mais de 600 municípios carentes no Brasil com o apoio de órgãos governamentais como o Sebrae, por exemplo. O grande diferencial deste processo é o envolvimento das comunidades no âmbito de instâncias coletivas de participação, tais como conselhos e fóruns de desenvolvimento (municipais regionais e estaduais).

⁴ [...] o conceito de Economia Solidária tem um forte apelo de transformação social e de atuação política, e nem sempre reconhece o cooperativismo como é colocado originalmente de acordo com os princípios da Aliança Cooperativa Internacional (BIALOSKORSKI NETO, 2004, p. 7).

Resumos de Dissertações

